

**“Eu mesma.
Ainda posso
falar”: Vozes
femininas e
cultura
política na
literatura de
Maria Firmina
dos Reis**

**Benigna Ingrid
Aurelia Bezerril¹**



**“Myself. I can
still speak”:
Female voices
and political
culture in Maria
Firmina dos
Reis’ literature**

¹ Mestranda em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. E-mail: ingred.bezerril@outlook.com.

Resumo

O presente artigo propõe discutir a produção literária de Maria Firmina dos Reis enquanto espaço de cultura política feminina. Para isso, serão analisados o romance *Úrsula* (1859) e o conto *A Escrava* (1887), especificamente os discursos de três personagens femininas: a senhora abolicionista e a escravizada Joana de *A Escrava*; e a preta Susana, personagem de *Úrsula*. A partir da análise de tais personagens e de suas narrativas, é possível perceber um protagonismo de vozes subalternas nas obras de Firmina dos Reis, considerando o contexto no qual ela escreveu: o século XIX. Abolicionismo, denúncias ao sistema escravista e o lugar da mulher são temas que entram em pauta no discurso das personagens femininas da escritora.

Palavras-chave: Maria Firmina dos Reis; Literatura abolicionista; Cultura Política.

Abstract

This article proposes to discuss Maria Firmina dos Reis' literature as a female political culture's space. For this intention, the novel *Úrsula* (1859) and the short story *A Escrava* (1887) will be analyzed, specifically the discourses of three female characters: the abolitionist lady and the enslaved Joana, *A Escrava's* characters; and the black Susana, *Úrsula's* character. The analysis of the indicated characters and their narratives enables to perceive protagonism of subaltern voices in Maria Firmina dos Reis' literature, considering the context in which she wrote: 19th century. Abolitionism, denunciations of the slavery system and the women's place are themes discussed in the female characters' discourse of the writer.

Keywords: Maria Firmina dos Reis; Abolitionist Literature; Political Culture.

Introdução

Mesquinho e humilde livro é este que vos apresento, leitor. Sei que passará entre o indiferentismo glacial de uns e o riso mofador de outros, e ainda assim o dou a lume. Não é a vaidade de adquirir nome que me cega, nem o amor próprio de autor. Sei que pouco vale este romance, porque escrito por uma mulher, e mulher brasileira, de educação acanhada e sem o trato e a conversação dos homens ilustrados, que aconselham, que discutem e que corrigem; com uma instrução misérrima, apenas conhecendo a língua de seus pais, e pouco lida, o seu cabedal intelectual é quase nulo (REIS, 2018, p. 12).

No prólogo de seu livro intitulado *Úrsula*, de 1859, Maria Firmina dos Reis, ainda sob o pseudônimo de “Uma Maranhense”, traz indícios de algumas concepções sobre a sociedade na qual viveu. A partir de tal obra, considerada o primeiro romance brasileiro escrito por uma mulher, é possível perceber os entraves de gênero que perpassaram o século XIX. Em poucas linhas, a maranhense revela uma sociedade a qual dificilmente daria atenção aos escritos vindos do gênero feminino, ainda por cima, de educação tida como simplória para os padrões eruditos da época os quais, certamente, destinavam-se ao sexo masculino. Naquele momento a educação para as mulheres, quando existia, era bastante limitada, visto que o dever primeiro de tais sujeitos era o de ser esposa e mãe.

Nesse contexto, a escrita de um romance brasileiro por parte de uma mulher, assim como demais obras, contos e poemas, que virão do mesmo sexo tão degradado, emergem das tramas de Maria Firmina dos Reis vozes dos subalternos da sociedade oitocentista. Todavia, longe de conceber o oitocentos de forma simplista, é possível lançar olhar para tal século enquanto complexo: foi o século do romance e momento em que as mulheres começaram a escrever de forma expressiva, mas também foi o século em que a educação destinada às mulheres era quase nula, sua participação na sociedade, na política e nos cargos públicos não era efetiva e, quando se dava, geralmente era malvista (TELLES, 2018).

A partir da percepção acerca da voz feminina e negra na literatura de Maria Firmina dos Reis, sendo tais vozes pertencentes a sujeitos subalternos da sociedade, como será melhor explicado adiante, propõe-se pensar alguns enunciados presentes em duas obras literárias da autora, considerando estas enquanto espaço de construção de uma cultura política feminina: o romance *Úrsula* (1859) e o conto *A Escrava* (1887). Os enunciados partem de três personagens femininas de Firmina dos Reis: a primeira trata-se da “senhora abolicionista” do conto *A Escrava*, sujeito

subalterno no que diz respeito ao sexo feminino. As segunda e terceira vozes elencadas para a presente proposta dizem respeito a sujeitos duplamente subalternos da sociedade: mulheres negras (SPIVAK, 2010). São as vozes da escravizada Joana do conto já mencionado e da preta Susana do romance *Úrsula*. Ao elencar os referidos enunciados, pensa-se na ideia de cultura política (RÉMOND, 1994) e nos diversos espaços em que a política pode se manifestar. No caso da literatura de Maria Firmina dos Reis, a partir do recorte feito, busca-se analisar a possível rede de vozes femininas como denunciante de determinadas conjunturas do oitocentos, especificamente, no que diz respeito à presente análise, acerca da questão da escravidão.

Quando se fala de Maria Firmina dos Reis, especialmente, há elogios e análises acerca do protagonismo dado ao negro escravizado e à mulher em suas tramas. Régia Agostinho, por exemplo, observa que Firmina dos Reis representa o escravizado não como mera vítima da sociedade, mas como indivíduo com alegrias, tristezas, vontades e que fala acerca da escravidão sob olhar crítico. (AGOSTINHO, 2011). Em *Escritoras brasileiras do século XIX: antologia*, obra organizada por Zahidé Muzart, a maranhense é apontada como uma escritora que fala da escravidão do ponto de vista feminino (MUZART, 2004).

Eduardo Duarte, por sua vez, aponta o pioneirismo da maranhense como sendo a primeira afrodescendente a publicar um romance no Brasil. Ele afirma: “em nenhum deles [outros textos com a temática do abolicionismo e do feminismo] a interseção entre etnicidade, gênero e condição social se explicita tão fortemente como em *Úrsula*, de Maria Firmina dos Reis” (DUARTE, 2018, p. 226).

Mesmo quando oficialmente os escravizados não são protagonistas da trama, esses “roubam a cena”. É notado também um apreço por parte da autora em fazer com que suas mulheres falem, sejam elas brancas ou negras, escravizadas ou livres: a maranhense, que se autodescreve de educação acanhada denunciante de uma sociedade de homens ilustres que corrigem o sexo feminino, reserva lugar para que as mulheres tenham voz na sua literatura. Isso é perceptível tanto ao ler as obras de Maria Firmina dos Reis, quanto também é ressaltado na produção historiográfica sobre a escritora.

Ao lançar mão do conceito de cultura política, pode-se pensar na renovação acerca da concepção de história política. Eliana Dutra, ao analisar Serge Berstein,

indica que uma das concepções de cultura política diz respeito à relação entre o ator político (este não se limitando à elite ou políticos de ofício) e o conjunto de referência e representações compartilhadas pelo grupo do qual tal ator pertence. Assim, o sistema de representações perpassado por valores que fazem parte de determinado grupo poderia ser pensado como cultura política (DUTRA, 2002).

Analisadas pela história, as culturas políticas, consideradas no plural pelo motivo de não haver apenas uma, mas várias delas coexistindo e, muitas das vezes se sobrepondo, podem ter a memória como importante elemento de análise. As culturas políticas são “codificadas e transmitidas pela memória” (DUTRA, 2002, p. 26-27). Aqui, pode-se também conceber mais um aparato para pensar a literatura enquanto espaço de cultura política, visto que a escrita é um meio de eternizar a memória e esta é um constructo de identidades (ASSMANN, 2011). Nesse sentido, cultura política pode ser concebida enquanto uma rede de construções identitárias que se dão nos mais diversos meios.

Realmente é possível encontrar o político na literatura? René Rémond responde a essa questão ao fazer uma analogia de os partidos serem necessariamente políticos, porém, a política não está condicionada exclusivamente aos partidos. Ele ainda diz que não há fronteiras fixas para o político. Segundo o autor “[...] o político é uma das expressões mais altas da identidade coletiva: um povo se exprime tanto pela sua maneira de conceber, de praticar, de viver a política tanto quanto por sua literatura, seu cinema e sua cozinha” (RÉMOND, 2003, p. 449-450).

Nem sempre a história política foi pensada de maneira a abranger diversos aspectos da vida social e a retomada por parte dos historiadores dessa categoria não indica retornar à história de um pequeno grupo, pois seria limitá-la. O político não interessa apenas aos políticos profissionais, assim como “nem tudo é político, que não se deve reduzir tudo à política, que o político não está sozinho e isolado, mas guarda relações com o resto, com as demais expressões da atividade humana e com a sociedade civil.” (RÉMOND, 1994, p. 19).

Mediante o conceito de cultura política, a literatura de Maria Firmina dos Reis, a partir do protagonismo de personagens subalternos da sociedade em que se inscreve a trama e a autora, pode ser lida enquanto espaço o qual faz constitui uma rede de representações e de identidades particulares a determinados grupos,

podendo ser destacados aqui os temas acerca do abolicionismo e do lugar da mulher na sociedade oitocentista.

No entender de Magno Santos, os livros sinalizam para as estratégias de proliferação de culturas políticas, pois essas narrativas podem ser vistas “como um importante instrumento de difusão dessas leituras comuns de passado [ou seja, de uma leitura de determinado grupo identitário] e projetos de futuro” (SANTOS, 2017, p. 106). Assim como Santos aciona essa apreensão acerca dos livros, pensar a literatura de Maria Firmina dos Reis a partir da cultura política possibilita lançar o olhar sobre tal escrita enquanto espaço de leitura da sociedade na qual a autora viveu. Essa leitura pode relevar traços da sociedade do tempo em que determinada trama foi escrita, assim como é possível identificar qual sociedade era almejada pelos grupos de cultura política comum.

Conceber a literatura como suporte de uma cultura política também contribui para pensá-la enquanto fonte histórica fecunda. Como indica Antonio Celso Ferreira: “devem interessar à pesquisa histórica todos os tipos de textos literários, na medida em que sejam vias de acesso à compreensão dos contextos sociais e culturais” (FERREIRA, 2009, p. 71).

A literatura é escrita por sujeitos de um determinado tempo os quais não estavam à parte da história, muito menos aquém de opiniões sobre a conjuntura na qual viveram. Nisto, mais uma vez, pode-se chamar a atenção para a ideia de história política plural a qual não recai seu olhar apenas nos “políticos profissionais” (RÉMOND, 1994). Mediante tais considerações, pode-se ressaltar a escrita de Maria Firmina dos Reis enquanto fonte abundante para a história política.

Aqui, tanto no que diz respeito a abordagem de textos literários como fonte quanto no tocante à história política com novos olhares, é pertinente pensar as reflexões de Jacques Le Goff sobre a história nova. Se tratando desta, o mencionado historiador, ao criticar a história política (indicando a luta dos *Annales*, com Lucien Febvre e Marc Bloch, contra tal modalidade) critica o modelo da história-narrativa, a qual abordaria seus objetos de estudo de forma superficial e sem considerar a multiplicidade dos motivos (LE GOFF, 1990). Por sua vez, a análise aqui proposta, vai de encontro à renovação da concepção de história política já discutida no presente texto a partir de Rémond e Dutra, não se detendo aos “grandes nomes” ou “grandes

atores políticos”, mas sim, buscando na literatura marginal² a construção de uma cultura política de vozes femininas.

Maria Firmina dos Reis escreveu no século XIX, momento marcado por complexidades, elencando em boa parte das suas tramas vozes subalternas da sociedade palco de suas obras. Essas complexidades, e até mesmo ambiguidades, se dão a partir do momento da posição da mulher nesta sociedade. Essa figura da sociedade brasileira oitocentista estava ainda à margem de uma educação padrão, mas, em contrapartida, escrevia sobre as experiências de grupos subalternos, como mulheres e negros. Estava ainda sendo afastada do espaço político institucional, mas lutava para conquistar espaços por meio da elucidação da visibilidade na literatura. Sobre essa mulher à margem de uma educação padrão que conquista espaços, incluindo o da escrita, Norma Telles diz:

Excluídas de uma efetiva participação na sociedade, da possibilidade de ocuparem cargos públicos, de assegurarem dignamente sua própria sobrevivência e até mesmo impedidas do acesso à educação superior, as mulheres do século XIX ficavam trancadas, fechadas dentro de suas casas ou sobrados, mocambos e senzalas, construídos por pais, maridos, senhores. [...] A conquista no território da escrita, da carreira de letras, foi longa e difícil para as mulheres no Brasil. [...] A conquista, essa luta, como se observa, tem mais de século e foi travada desde Nísia Floresta, por algumas mulheres que não colocaram em primeiro lugar ‘o que os outros vão dizer’ e que tentaram se livrar da tirania do alfabeto, tendo primeiro de aprendê-lo para depois deslindar os mecanismos de dominação nele contidos. (TELLES, 2018, p. 341-342)

A complexidade deste século marca também o período de escrita de Firmina dos Reis e os entraves da sociedade oitocentista. O conto *A Escrava*, publicado em 1887, um ano antes da *Lei Áurea* do Brasil, demonstra marcas do movimento abolicionista. Assim como o desenrolar de sua trama, marcada por perdas e dores por partes do escravizados, fornece um fim esperançoso para pelo menos um desses personagens. O romance *Úrsula*, publicado em 1859, nove anos após a lei *Eusébio de Queirós*,³ por sua vez, traz um pesaroso relato do tráfico negreiro. Relato ecoado na voz de uma mulher escravizada.

² Como explica Cecil Zinani, o termo “literatura marginal” diz respeito à produção que está à margem da produção canônica, como é o caso de Maria Firmina dos Reis: “entende-se que a literatura marginal está vinculada à expressão de uma minoria, à subalternidade, em oposição à arte canônica, que circula na classe dominante. Nesse sentido, pode ser considerada como literatura marginal aquela produzida por afrodescendentes e por mulheres, na medida em que buscam modalidades de representação próprias” (ZINANI, 2014, p. 185).

³ Flávio dos Santos explica: “A Lei Eusébio de Queiroz foi promulgada, então, com o intuito de fazer cessar [...] o tráfico de escravos da Costa d’África para o Brasil” (SANTOS, 2013, p. 35).

Isto posto, objetiva-se neste artigo pensar a escrita literária de Maria Firmina dos Reis como espaço de uma cultura política. Mediante isto, lança-se olhar sobre o período no qual as fontes selecionadas, *A Escrava* e *Úrsula*, foram escritas e assim busca-se identificar relações entre essas vozes subalternas que emergem nas tramas da autora e a leitura de sociedade a qual estava inserida. Ao traçar essas linhas de confluência, pode-se dar início ao tratamento político de tais fontes, não isolando o conceito ou concebendo todas as coisas enquanto de cunho político. Esse tratamento se dá pensando a cultura política como plural e dialogada com várias dimensões sociais.

O protagonismo dos subalternos como cultura política

“Subalterno”, para Gayatri Spivak, diz respeito a grupos marginalizados da sociedade. Geralmente essa marginalização e consequente subordinação, apresenta-se na história pelas categorias de classe, gênero, raça dentre outras. Para Spivak, estar na condição de subalterno é não poder falar por si mesmo e não ter uma representação própria (SPIVAK, 2010).

Emudecidos pela sociedade, os subalternos têm seu discurso dissipado e, no caso da mulher, isso se dá de forma ainda mais rígida, mediante às questões de gênero que perpassaram e perpassam a sociedade. Não podendo o subalterno feminino ser ouvido ou lido, o caso das obras de Maria Firmina dos Reis traz esse subalterno, muitas das vezes também sob o signo da raça (MBEMBE, 2018), como voz que narra infortúnios, lutas e ideais. Ao fazer isso, a escritora contribui para o alcance de um espaço em que haja o lugar para que o subalterno possa falar, indo na contracorrente da hegemonia masculina e branca do século XIX.

Mediante tal consideração acerca do conceito “subalterno”, serão analisados três casos presentes na literatura de Maria Firmina dos Reis. Um se passa no romance *Úrsula* e diz respeito à Susana, uma escravizada que relata sua experiência no navio negreiro quando fora sequestrada e tirada de sua terra. Os outros dois casos estão presentes no conto *A Escrava*: um se trata de uma senhora abolicionista narrando uma experiência tida ao ajudar na fuga de uma família escravizada; a outra diz respeito a Joana, escravizada e louca, que narra as dores que a levaram ao que foi chamado de loucura.

Ao escolher tais vozes para narrar as tramas aqui apresentadas as quais perpassam temas fortemente políticos da sociedade em questão, pode-se identificar na literatura de Maria Firmina dos Reis indícios atinentes à construção de uma cultura política sob a voz feminina e, por vezes, negra também: condição duplamente subalterna.

Ao pensar nas vozes duplamente subalternas, que é o caso das personagens Susana (do romance *Úrsula*) e Joana (do conto *A Escrava*), é pertinente pensar na representação da branquitude, como discute Bell Hooks, a partir do olhar negro. Representação esta que em determinados contextos é necessariamente aterrorizante (HOOKS, 2019), sendo tal perspectiva dada a partir de experiências e traumas consequentes do racismo e da dominação branca.

A senhora abolicionista, por sua vez, ainda que não esteja sob o signo da raça, representa a fala do sujeito subalterno no que diz respeito ao gênero. Como indicam Bárbara Daibert e Tatiana de Moraes: “A *Senhora* abolicionista firminiana é a representação da mulher cativa da sociedade patriarcal, sem direitos ou vontades, e que no entanto rompe com a hierarquia colonial no desfecho do conto” (DAIBERT; MORAIS, 2020, p. 93).

O protagonismo dos subalternos: as vozes da senhora abolicionista, da escravizada Joana e da preta Susana

O conto *A Escrava*, publicado na *Revista Maranhense* em 1887, começa com uma senhora abolicionista, cujo nome não é revelado, em um ambiente que reunia a alta sociedade da época. A trama deste conto, sob a voz da referida personagem, narra o encontro dessa senhora com uma família escravizada. Esse encontro inicia-se com a fuga da mãe dessa família, tida como louca, a qual a senhora abolicionista ajuda a escapar do senhor que a perseguia. Em seguida, entra em cena o filho da escravizada em fuga. Ao entrar em contato com tais personagens, a trama apresenta críticas ao sistema escravista e os traumas de uma família separada por esse sistema.

Em um salão onde se achavam reunidas muitas pessoas distintas, e bem colocadas na sociedade, e depois de versar a conversação sobre diversos assuntos mais ou menos interessantes, recaiu sobre o elemento servil. O assunto era por sem dúvida de alta importância. A conversação era geral; as opiniões, porém, divergiam. Começou a discussão. — Admira-me, — disse uma senhora de sentimentos sinceramente abolicionistas; — faz-me até pasmar como se possa sentir, e expressar sentimentos escravocratas, no presente século, no século dezanove! A moral religiosa e a moral cívica aí se erguem, e

falam bem alto esmagando a hidra que envenena a família no mais sagrado santuário seu, e desmoraliza, e avilta a nação inteira! (REIS, 2018, p. 164).

Nos primeiros momentos de *A Escrava* é notória a crítica contida na narrativa em questão. Ao falar sobre o “elemento servil”, a voz da senhora abolicionista, indica que este é um assunto de alta importância e de opiniões divergentes. Nessas breves linhas do conto, já é possível perceber a construção de uma narrativa abolicionista, assim como o conflito de opiniões existentes no século XIX acerca da questão.

A senhora, descrita como de “sentimentos sinceramente abolicionistas”, expressa abertamente seu desprezo para com aqueles que ainda partilham do ideário escravocrata, inclusive indicando o quão desmoralizante é tal pensamento para a nação. É perceptível ainda um ideal de nação que aparece construído na escrita analisada: uma nação livre da escravidão. Publicado um ano antes da *Lei Áurea*, *A Escrava* nos revela também um Brasil transitado pelo movimento abolicionista, para além de um Brasil ainda escravista e perpassado por todos os infortúnios que este sistema representa para o espaço de escrita de Firmina dos Reis.

No que se refere ao século XIX, o gênero romance é produto cultural de importante papel. Tal gênero literário serviu para afirmar elementos da sociedade moderna e a escrita, por sua vez, era instrumento de difusão de modos de socialização, aspirações acerca de determinadas conjunturas e papéis sociais, o que reforça mais uma vez o quão político pode ser o espaço da literatura. O século do romance foi também o período no qual as mulheres começaram a demonstrar uma grande força na escrita, apesar de todos os obstáculos dos subalternos, “foi sombrio para as classes trabalhadoras europeias, no entanto, se esse século foi sombrio para as mulheres e para os colonizados, foi também o século em que surgiram movimentos sociais, o socialismo e os feminismos” (TELLES, 2018, p. 336).

Nesse momento da história, então, surgiram ideias e movimentos sociais os quais também chegaram até o Brasil e até as mulheres brasileiras. É perceptível um movimento sobre o envolvimento feminino no cenário político. Pode-se notar esse transitar de ideias na figura de Nísia Floresta, por exemplo, que em 1832, publicou a tradução livre de *Vindications for the rights of woman* da inglesa Mary Wollstonecraft. Nísia Floresta, anos depois, foi apontada como republicana, abolicionista e também recebeu críticas por isto.

Ana Eurídice Eufrosina de Barandas que em 1845 publicou *Ramalhete ou Flores escolhidas no jardim da imaginação*, segundo Norma Telles, possivelmente teve contato com o livro de Nísia Floresta e pode até mesmo ter a conhecido, tendo em vista que ambas, em determinado momento, moraram em Porto Alegre. Essas duas figuras femininas, levantadas aqui para demonstrar a circulação de ideias de reivindicação da mulher no século XIX, defendiam a participação feminina em vários ambientes políticos. Todavia, Telles afirma:

O século XIX não via com bons olhos mulheres envolvidas em ações políticas, revoltas e guerras. As interpretações literárias das ações das mulheres armadas, em geral, denunciam a incapacidade feminina para a luta física ou mental, donde concluem que as mulheres são incapazes para a política, ou que esse tipo de ideia é apenas diversão passageira de meninas teimosas que querem sobressair (TELLES, 2018, p. 340).

Nesse momento havia também um discurso acerca da natureza feminina: a mulher maternal e delicada, potência do bem ou do mal. Natureza esta criada a partir do discurso masculino, estando a mulher, sujeito subalterno, alheia culturalmente e encarregada apenas do dever materno.

Silvana Lopes em seu artigo *“Retratos” de mulheres na literatura brasileira do século XIX*, apresenta um quadro em que a escrita, de hegemonia masculina no oitocentos, representava a mulher a partir de uma concepção tradicional. Apesar de novas concepções emergirem durante o século XIX, a mulher ainda seria subalterna e ainda seria forte a resistência quanto ao processo de superação dessa condição (LOPES, 2011).

A partir desses retratos trazidos por Lopes, é possível perceber que a senhora abolicionista de Maria Firmina dos Reis foge à regra da representação feminina dos romances do século XIX. É pertinente considerar que essa representação feminina se deve em grande parte pelo lugar de fala da autora. Sua literatura traz tão fortemente a questão da escravidão a partir de figuras femininas e negras.

Ao abordar a dissonância quanto à hegemonia das representações dos subalternos na literatura, pode-se incluir a ideia de lugar de fala para pensar no quanto o lugar social do sujeito, no caso Maria Firmina dos Reis, infere em seu discurso. Tal ideia é trabalhada por Djamilia Ribeiro, a qual indica o lugar que uma mulher negra ocupa socialmente a faz ter “experiências distintas e outras perspectivas” (RIBEIRO,

2017, p.69) em contraposição a uma mulher branca ou até mesmo a um homem branco ou negro.

Além de uma personagem feminina narrar a trama do conto *A Escrava*, esta figura aparece ambientada em um espaço político: o salão. Como já exposto, apesar da circulação de ideias sobre diversos movimentos sociais e a participação feminina em espaços hegemonicamente masculinos, essa figura da mulher destoante da missão de mãe e esposa, incomodava em demasia. Então, além de utilizar dessa voz feminina para narrar seu conto, Firmina dos Reis ainda a coloca em um espaço de discussões políticas, o qual não era considerado um espaço que devesse ser ocupado pela mulher naquele momento.

Apesar de sempre ser apontada a participação feminina no movimento abolicionista, as representações abolicionistas na literatura da época eram predominantemente masculinas. No romance *A Escrava Isaura* de Bernardo Guimarães, publicado em 1875, por exemplo, o discurso abolicionista, quando aparece, é a partir de personagens homens brancos (CARVALHO, 2013).

E, ressaltando mais uma vez essa fuga quanto aos padrões de representação da época, Maria Firmina dos Reis elege como protagonista abolicionista para seu conto uma mulher, a qual é apresentada ao leitor em um salão da alta sociedade falando sobre política.

O conto *A Escrava* pode nos dar indícios da atuação da mulher na política, atuação esta que não ganhava visibilidade nas escrituras masculinas da época. Telles analisa o conto firminiano da seguinte forma:

Vinte e oito anos depois de Úrsula [de 1859], Maria Firmina dos Reis, que sempre havia sido abolicionista, pôde explicar, um ano antes da Abolição, as redes abolicionistas para a libertação dos escravos que então haviam se regenerado pelo território do Império. A liga de mulheres para libertar escravos surgiu primeiramente em São Paulo, mas outras logo apareceram na cidade do Rio de Janeiro e nas províncias, por volta de 1870. Envolviam-se com esses clubes mulheres de classe alta, mulheres negras e das camadas inferiores da sociedade. (TELLES, 2018, p. 347)

Ainda utilizando do conto *A Escrava*, a segunda voz subalterna elencada para a presente discussão é a da escravizada Joana. Não obstante a figura feminina, sendo posta sob condições de emudecimento da sociedade em questão, a autora Firmina dos Reis elege um sujeito duplamente subalterno para falar: uma mulher e negra.

Joana é acolhida junto ao seu filho, Gabriel, pela senhora abolicionista. Escravizados foragidos, essa família sofreu a separação de irmãos em virtudes do negócio escravista. Joana teria perdido a sanidade por causa do trauma de ter visto seus filhos, Carlos e Urbano, vendidos. Já bastante enferma, essa mulher deseja contar a história de como seu pai fora enganado pelo senhor de escravos que detinha a liberdade de Joana e de sua mãe. Seu filho, tentando lhe poupar fôlego, tenta falar por ela, porém Joana interrompe:

— Gabriel! – disse ela – não. Eu mesma. Ainda posso falar. E começou:

— Minha mãe era africana, meu pai de raça índia; mas de cor fusca. Era livre, minha mãe era escrava. Eram casados e, desse matrimônio, nasci eu. [...] Um dia apresentou [o pai de Joana] a meu senhor a quantia realizada, dizendo que era para o meu resgate. Meu senhor recebeu a moeda sorrindo-se – tinha eu cinco anos – e disse: — A primeira vez que for à cidade trago a carta dela. Vai descansado. Custou a ir à cidade: quando foi demorou-se algumas semanas e, quando chegou, entregou a meu pai uma folha de papel escrita, dizendo-lhe: — Toma, e guarda, com cuidado, é a carta de liberdade de Joana. Meu pai não sabia ler, de agradecido beijou as mãos daquela fera (REIS, 2018, p. 172).

Não havia carta de liberdade alguma. Após o falecimento do pai de Joana, sua mãe, que era escravizada, descobriu que tudo não passara de uma mentira e assim Joana permaneceu em cativeiro. Depois de contar o relato de um dos infortúnios de sua vida, já à beira da morte, a mulher suplica à senhora abolicionista para apadrinhar seu filho Gabriel para que ele não sofra as consequências de sua fuga.

Mais uma vez é notável o enfoque na figura feminina enquanto sujeito que fala por si mesmo, apesar da posição subalterna e apesar da dupla condição de Joana, mulher e escravizada.

Ao interromper seu filho, também negro escravizado, dizendo: “Eu mesma. Ainda posso falar”, Joana expressa sua vontade de falar por si mesma, de contar sua história por sua própria voz. Quando a escravizada pede para ela mesma narrar suas experiências, ela está exercendo o protagonismo de fala. A colocação de Joana denota um sentido muito emblemático. O sujeito racial, o qual sofreu negação até mesmo da condição humana, estando sob o signo da raça (MBEMBE, 2018), é sujeito de fala na literatura de Maria Firmina dos Reis.

Podendo ser concebido como leitura de uma sociedade com os males escravocratas, porém com uma movimentação abolicionista tendo em vista sua data

de publicação, *A Escrava* termina com Gabriel conseguindo sua liberdade. Esse pequeno fio de esperança não ocorre, por exemplo, na obra *Úrsula*, publicada em 1859, e é neste romance em que aparece a terceira voz feminina que será aqui apresentada: a preta Susana.

O romance *Úrsula* tem como protagonista homônima uma mulher branca que vive uma paixão proibida com um jovem bacharel, defensor das ideias abolicionistas, que é filho de senhor de escravos. Vale ressaltar que tal casal é composto por dois indivíduos de classes distintas.

Essa obra é perpassada por tragédias e o protagonismo do casal branco, muitas das vezes, é até mesmo colocado em segundo plano mediante os personagens negros que transitam ao longo da trama. Os negros escravizados que aparecem nas obras de Maria Firmina dos Reis são retratados de forma subjetiva, humana, cheios de saudade da África, possuintes de laços afetivos e que guardam memórias das condições sub-humanas da viagem no navio negreiro.

A preta Susana, a qual vive na propriedade da mãe de Úrsula, é uma velha escravizada, que representa uma guardiã de memórias de sua nação e identidade. Quando o jovem escravizado Túlio conta a Susana que está livre, mediante a demonstração de amizade e gratidão de Tancredo (o jovem de classe distinta que se apaixona por Úrsula), a velha escravizada se emociona ao se recordar dos tempos em que vivia em seu lar, em liberdade. Liberdade esta roubada abruptamente:

— Tu! Tu livre? Ah, não me iludas! – exclamou a velha africana abrindo uns grandes olhos. — Meu filho, tu és já livre?...

— Iludi-la! – respondeu ele, rindo-se de felicidade – E para quê? Mãe Susana, graças à generosa alma deste mancebo, sou hoje livre, livre como o pássaro, como as águas; livre como o éreis na vossa pátria. Estas últimas palavras despertaram no coração da velha escrava uma recordação dolorosa; soltou um gemido magoado, curvou a fronte para a terra, e com ambas as mãos cobriu os olhos. Túlio olhou-a com interesse; começava a compreender-lhe os pensamentos. — Não se aflija – disse. — Para que essas lágrimas? Ah! Perdoe-me, eu despertei-lhe uma ideia bem triste!

A africana limpou o rosto com as mãos, e um momento depois exclamou: — Sim, para que estas lágrimas?!... Dizes bem! Elas são inúteis, meu Deus; mas é um tributo de saudade, que não posso deixar de render a tudo quanto me foi caro! Liberdade! Liberdade... ah! Eu a gozei na minha mocidade! – continuou Susana com amargura – Túlio, meu filho, ninguém a gozou mais ampla, não houve mulher alguma mais ditosa do que eu. Tranquila no seio da felicidade, via despontar o sol rutilante e ardente do meu país, e louca de prazer a essa hora matinal, em que tudo aí respira amor, eu corria as descarnadas e arenosas praias, e aí com minhas jovens companheiras, brincando alegres, com o sorriso nos lábios, a paz no coração, divagávamos em

busca das mil conchinhas, que bordam as brancas areias daquelas vastas praias.

Ah! Meu filho! Mais tarde deram-me em matrimônio a um homem, que amei como a luz dos meus olhos, e como penhor dessa união veio uma filha querida, em quem me revia, em quem tinha depositado todo o amor da minha alma: uma filha, que era minha vida, as minhas ambições, a minha suprema ventura, veio selar a nossa tão santa união. E esse país de minhas afeições, e esse esposo querido, e essa filha tão extremamente amada, ah Túlio! Tudo me obrigaram os bárbaros a deixar! Oh! Tudo, tudo até a própria liberdade!
(REIS, 2018, p. 69-70)

Aqui, Susana rememora seus momentos de liberdade em sua terra. As descrições de paisagens, a saudade de uma família descrita com muita afeição, todos esses elementos são de um olhar muito subjetivo trazendo o escravizado enquanto sujeito que conta sua história.

É possível também chamar atenção para a crítica que Susana faz à liberdade de Túlio. Tal atitude, para Adriana Oliveira, se deve “à consciência que a escrava [Susana] tem a respeito de sua condição e da condição de seu povo, e a uma descrença em relação ao futuro do jovem [Túlio]” (OLIVEIRA, 2007, p. 65).

Ao continuar sua narrativa sobre seus momentos de liberdade e a saudade da pátria até o sequestro sofrido, Susana fala:

Tinha chegado o tempo da colheita, e o milho e o inhame e o amendoim eram em abundância nas nossas roças. [...] Ainda não tinha vencido cem braças do caminho, quando um assobio, que repercutiu nas matas, me veio orientar acerca do perigo iminente, que aí me aguardava. E logo dois homens apareceram, e amarraram-me com cordas. Era uma prisioneira – era uma escrava! Foi em balde que supliquei em nome de minha filha, que me restituíssem a liberdade: os bárbaros sorriam-se das minhas lágrimas, e olhavam-me sem compaixão. Julguei enlouquecer, julguei morrer, mas não me foi possível... a sorte me reservava ainda longos combates. Quando me arrancaram daqueles lugares, onde tudo me ficava – pátria, esposo, mãe e filha, e liberdade! Meu Deus! O que se passou no fundo da minha alma, só vós o pudestes avaliar!... (REIS, 2018, p. 70)

Na continuação do relato de separação da liberdade, família e pátria, Susana descreve como ela enxergou seus raptos, a crueldade vista e sentida por ela naquele momento. É notável que na literatura a ideia de bárbaro geralmente é atribuída ao “outro”. Logo, em um espaço de hegemonia masculina e branca, como era o da escrita, o negro escravizado torna-se uma figura a qual aferiu-se o papel do “outro”, o bárbaro.

A representação do negro enquanto bárbaro é analisada por Fernando Gil. O negro, no espaço literário de Joaquim Manuel Macedo, por exemplo, seria um ser de

“caráter maligno, bárbaro, selvagem e grotesco” (GIL, 2017, p.196). Norma Telles também analisa como Macedo representa o negro escravizado:

Em 1869, Macedo publica *Vítimas e algozes*, em que retrata senhores ingênuos que nem desconfiam dos escravos que, atrás das portas, pretendem a perda de suas famílias por meio de feitiços, mortes, envenenamentos e descaminhos das jovens sinhazinhas. [...] Nessa perspectiva é que podemos avaliar melhor o livro de Maria Firmina dos Reis, de 1859, que discorre de outro modo sobre o africano [...] (TELLES, 2018, p. 346).

Maria Firmina dos Reis faz uma inversão de representação literária. A partir da voz de Susana, a figura de bárbaro é atribuída aos homens que a sequestraram de sua terra.

Ao continuar a narrativa sobre seu sequestro, a velha escravizada agora relata sua terrível experiência no navio negreiro que a trouxe para as terras estranhas do Brasil:

Meteram-me a mim e a mais trezentos companheiros de infortúnio e de cativo no estreito e infecto porão de um navio. Trinta dias de cruéis tormentos, e de falta absoluta de tudo quanto é mais necessário à vida passamos nessa sepultura até que abordamos às praias brasileiras. Para caber a mercadoria humana no porão fomos amarrados em pé e para que não houvesse receio de revolta, acorrentados como os animais ferozes das nossas matas, que se levam para recreio dos potentados da Europa. Davam-nos a água imunda, podre e dada com mesquinhez, a comida má e ainda mais porca: vimos morrer ao nosso lado muitos companheiros à falta de ar, de alimento e de água. É horrível lembrar que criaturas humanas tratem a seus semelhantes assim e que não lhes doa a consciência de levá-los à sepultura asfixiados e famintos! Muitos não deixavam chegar esse último extremo – davam-se à morte. Nos dois últimos dias não houve mais alimento. Os mais insofridos entraram a vozejar. Grande Deus! Da escotilha lançaram sobre nós água e breu fervendo, que nos escaldou e veio dar a morte aos cabeças do motim. A dor da perda da pátria, dos entes caros, da liberdade foi sufocada nessa viagem pelo horror constante de tamanhas atrocidades. Não sei ainda como resisti – é que Deus quis poupar-me para provar a paciência de sua serva com novos tormentos que aqui me aguardavam. (REIS, 2018, p. 71)

Na voz de Susana é feito o relato de uma viagem traumática. Sob condições sub-humanas, a viagem no navio negreiro é descrita. Espaço, alimentação, água, morrer enquanto última escolha em vida ao invés de viver como escravizado: estes são os elementos trazidos pela voz de Susana. A personagem tece críticas mais

direcionadas sobre o quão horrível é que seres humanos tratem seus semelhantes deste modo tão desumano.

Eduardo Duarte aponta que, dentre as cenas em que se representa o negro na literatura brasileira do oitocentos, a do aprisionamento e o sequestro de Susana seria a mais impactante (DUARTE, 2018). A fala de Susana é considerada da seguinte forma por Duarte:

Quem fala em primeira pessoa é uma africana adulta, nascida livre, casada, mãe de família, habitante de uma comunidade estruturada, enfim, um ser humano sabedor de seus deveres e direitos no convívio com seus semelhantes. E que não hesita em chamar de “bárbaros” aos seus captores [...]. E, assim fazendo, não apenas assume a indignação própria do ser humano aprisionado injustamente, como também inverte o atributo de inferioridade inerente à doxa presente na razão negra europeia: bárbaro é quem sequestra... bárbaro é quem escraviza. [...] Os agentes do “comércio nefando” a serviço dos interesses mercantis e coloniais europeus são prontamente classificados como desumanos num desmascaramento da imagem civilizatória ostentada pelos colonizadores nas narrativas que circulavam desde o século dos descobrimentos (DUARTE, 2018, p. 230-231).

A partir das considerações de Duarte sobre o “ponto de vista”⁴ como um dos elementos que caracterizam a literatura afro-brasileira, as experiências descritas por Susana possibilitam perceber vestígios de um conjunto de valores dentro do espaço literário de Firmina dos Reis. Pela voz de Susana, é falada sobre a vida livre na África e a descrição de um cotidiano que é irrompido pelo europeu é arraigado de um vocabulário que permite que sejam percebidos os valores da narrativa. Duarte aponta:

[Maria Firmina dos Reis] faz seu texto falar pela voz de Mãe Suzana, velha cativa que detalha a vida livre na África, a captura pelos “bárbaros” traficantes europeus e o “cemitério” cotidiano do porão do navio negreiro. Numa época em que muitos sequer concediam aos negros a condição de seres humanos, o romance e a perspectiva afro-identificada da escritora soam como gestos revolucionários que a distinguem [a autora] do restante da literatura brasileira (DUARTE, 2008, p. 16)

⁴ Ao discutir sobre os critérios de configuração da literatura afro-brasileira, Eduardo Duarte elege o elemento “ponto de vista” como um de tais critérios. Ele explica: “Com efeito, não basta ser afro-descendente ou simplesmente utilizar-se do tema. É necessária a assunção de uma perspectiva e, mesmo, de uma visão de mundo identificada à história, à cultura, logo a toda problemática inerente à vida desse importante segmento da população” (DUARTE, 2008, p. 12). O autor indica que esse elemento seria indicador da visão do mundo autoral e também do conjunto de valores dentro da representação, ou seja, do universo literário construído pelo escritor. Por exemplo, Maria Firmina dos Reis elencaria em *Úrsula*, Túlio como modelo moral em seu texto, perspectiva que pode ser afirmada pela voz narradora de seu romance (DUARTE, 2008).

Em um momento da história em que até mesmo a condição humana era tirada do negro nas representações literárias, em *Úrsula*, a preta Susana relata suas dores mediante os traumas vividos em decorrência do sistema escravista, o qual arrancava seres humanos de sua pátria e os submetia aos piores pesadelos possíveis.

Um fato pertinente quanto a esta narrativa é que ela se deu vários anos antes de *Navio Negreiro* de Castro Alves, publicado em 1880. Régia Agostinho indica a autora Maria Firmina dos Reis enquanto pioneira no relato e denúncia acerca do tráfico negreiro dado por essa traumática viagem da África para o Brasil.

É notória a escolha de vozes femininas, por parte de Firmina dos Reis, para abordar temas fortemente debatidos no meio político da época, assim como para trazer críticas sociais acerca da conjuntura do Brasil no século XIX. A construção de uma cultura política da voz feminina na literatura de Maria Firmina dos Reis, sobretudo, representa o negro escravizado de forma subjetiva, como indivíduo que sente saudade, dor, alegria.

Considerações finais

A partir da análise das cenas enunciativas apresentadas, presentes no romance *Úrsula* e no conto *A Escrava* de Maria Firmina dos Reis, é possível perceber indícios da construção de uma cultura política feminina no espaço literário da escritora. Pensar a literatura como instrumento político, colabora com a renovação da concepção de história política, concebendo esta enquanto plural, presente em várias dimensões do social e para além da atuação de “políticos profissionais”.

Ao analisar os escritos de Maria Firmina dos Reis, a historiografia do século XIX e a vida da autora, é possível perceber que suas obras revelam vestígios, especialmente, no que diz respeito à posição da mulher e do negro na sociedade oitocentista.

Percebe-se que inversões literárias marcam a produção de Maria Firmina dos Reis: o protagonismo das vozes subalternas, a figura do bárbaro sobre o homem que escraviza, mulheres negras denunciando a violência de um sistema que negava, até mesmo, o negro enquanto ser dotado de humanidade.

Além das denúncias sociais do século XIX nas vozes de mulheres, é possível vislumbrar um ideal de nação nas vozes de tais personagens: uma nação livre da escravidão. Seja na voz da senhora abolicionista, da escrava Joana ou da preta

Susana, o sistema escravista recebe críticas. Maria Firmina dos Reis constrói em sua literatura uma representação da mulher que foge do padrão da época: a figura feminina que fala sobre política em um espaço pública, a mulher negra escravizada que, por si mesma, fala de suas experiências.

Artigo recebido em 03 de abril de 2021.

Aprovado para publicação em 10 de julho de 2021.

601

Referências

AGOSTINHO, Régia. “A mente, essa ninguém pode escravizar: Maria Firmina dos Reis e a escrita feita por mulheres no Maranhão”. *Leitura. Teoria & Prática*, V. 56, p. 11-19, 2011.

ASSMANN, Aleida. *Espaço da recordação: formas e recordações da memória cultural*. Tradução: Paulo Soethe.- Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2011.

CARVALHO, V. S. de. *A efígie escrava: a construção de identidades negras no romance Úrsula, de Maria Firmina dos Reis*. 2013. 136 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Centro de Ciências Humanas e Letras. Universidade Estadual do Piauí, Teresina, 2013.

DAIBERT, Bárbara I. R. Simões; MORAIS, Tatiana Carvalho de. “Memórias apagadas: o abolicionismo e a voz-liberdade de Maria Firmina dos Reis no século XIX”. *Espacialidades*, v. 16, n. 2, 18 jul. 2020, p. 76-95.

DUARTE, Eduardo de Assis. “Escravidão e Patriarcado na Ficção de Maria dos Reis”. *Estudos Linguísticos e literários*. n. 59, Jan-jun. 2018, Salvador: p. 223-236.

DUARTE, Eduardo de Assis. “Literatura afro-brasileira: um conceito em construção”. *Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea*, nº. 31. Brasília, jan-jun. de 2008, pp. 11-23.

DUTRA, Eliana R. de Freitas. “História e Culturas Políticas: Definições, usos, genealogias”. *Varia História*, v. 18, N. 28, dez. 2002, p. 13-48.

FERREIRA, Antonio Celso. Literatura: a fonte fecunda. In: PINSKY, Carla; LUCA, Tânia de (org.). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009

GIL. Fernando C. “O problema da figuração do escravo em uma narrativa de Joaquim Manuel de Macedo”. *Letras de Hoje*, V. 52, N. 2, Porto Alegre, 2017, p.192-199.

HOOKS, Bell. *Olhares negros: raça e representação*. Tradução de Stephanie Borges. São Paulo: Elefante, 2019.

LE GOFF, Jacques. *A História Nova* [tradução Eduardo Brandão]. – São Paulo: Martins Fontes, 1990.

LOPES, Silvana Fernandes. “Retratos de mulheres na literatura brasileira do século XIX”. *Revista Plures Humanidades*, Vol. 12, n. 1, Ribeirão Preto, 2011,, p. 117-140.

MBEMBE, Achille. *Crítica da Razão Negra*. Tradução de Sebastião Nascimento. São Paulo: N-1 Edições, 2018.

MUZART, Zahidé. L. (org.) *Escritoras Brasileiras do Século XIX*. Antologia. V. 2. Florianópolis: Editora Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2004.

OLIVEIRA, Adriana Barbosa de. *Gênero e etnicidade no romance Úrsula, de Maria Firmina dos Reis*. Dissertação (Mestrado em Estudos Literários) - Universidade Federal de Minas Gerais Belo Horizonte, 2007.

REIS, Maria Firmina dos. *Úrsula e outras obras*. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2018.

RÉMOND, Réne. “Por que a história política?” *Revista Estudos Históricos*. Vol. 7 n. 13. P. 9-19. jan-jun. 1994.

RÉMOND, René (org). *Por uma História política*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

RIBEIRO, Djamila. *O que é lugar de fala?* Belo Horizonte (MG): Letramento: Justificando, 2017.

SANTOS, Flávio Gonçalves dos. *Economia e cultura do Candomblé na Bahia: o comércio de objetos litúrgicos afro-brasileiros – 1850/1937*. Ilhéus, BA: Editus, 2013.

SANTOS, Magno Francisco de Jesus. “Ensino de História, espaços e cultura política bandeirante: José Scarameli e a escrita de livros escolares de História para crianças”. *Revista História, história*, vol 5, n. 9, 2017, p. 104-125.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o subalterno falar?* Tradução: Sandra Regina Goulart Almeida, Marcos Pereira Feitosa, André Pereira. - Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

TELLES, Norma. Escritoras, escritas, escrituras. *In: DEL PRIORE, Mary (Org.). História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto. 2018. p. 336-370.

ZINANI, Cecil Jeanine. “Produção literária feminina: um caso de literatura marginal”. *Antares: Letras e Humanidades*, Caxias do Sul, v.6, p. 183-195, jul./dez. 2014.